

# Os desvios da questão ontológica

The deviations of the ontological question

Celso Braida \*

recebido: 12/2012  
aprovado: 02/2013

---

## Resumo

*Nesse artigo faz-se um exame crítico da ontologia submissa à análise linguística e à descrição semântica. A partir dos exemplos de Nietzsche e Frege, propõe-se que a ontologia deve ser vista como a consideração categorial daquilo que, não sendo um construto linguístico e nem um produto da consciência, fundamenta as práticas e expressões humanas. Palavras-chaves: ontologia, linguagem, real, objeto, referência.*

## Abstract

*This article is a critical examination of the ontology as linguistic analysis and semantic description. From the examples of Nietzsche and Frege, it is proposed that the ontology should be viewed as a categorical account of what, although not a language construct and not a product of consciousness, ensures the practices and human expressions. Keywords: ontology, language, real, object, reference.*

1. Sob um olhar panorâmico, a ideia de uma ontologia, assim como o projeto de teorização do objeto e da entidade, foi quase que virtualmente eliminada das pretensões filosóficas durante o século que passou. O argumento para essa elisão era que a consciência e ou a linguagem constituíam a objetividade e a entidade dos objetos e do mundo. Como tese da relatividade

*Doutor em Filosofia pela PUC-RJ, Brasil(2001). Prof. Associado do Depto. de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Brasil. m@il: crbraida@gmail.com*

ontológica, nas versões fenomenológicas e lógico-semânticas, esse argumento tornou-se consenso e pré-domina o pensamento filosófico e científico. A origem disso está na eleição da análise da consciência e da linguagem, enquanto disciplinas inaugurais do pensamento, a que todos os conteúdos dignos de serem pensados deviam ser referidos e a consequente eliminação de conceitos metafísicos tais como os de ser, substância, essência, etc., do discurso filosófico. Entretanto, com esse mesmo gesto também acreditou-se poder descartar conceitos ontológicos tais como os de entidade, objeto, propriedade, relação, etc., enquanto relativos e, por conseguinte, elimináveis. Todavia, a própria formulação da tese da relatividade ontológica *supõe* objetos e propriedades como relativos a *algo* e, nesse sentido, não poderia ser usada para eliminar os conceitos ontológicos, sob pena de jogar este algo em relação a que *tudo* é relativo para o domínio do impensado e do não-relativo.

Por isso mesmo, sob um olhar mais atento e acurado, a ontologia não apenas foi mantida como foi também desenvolvida em graus antes nunca alcançados. Que aquela elisão era uma ilusão, poucos ousaram dizer. Digo isso porque também o pensar filosófico pode se realizar ao modo de uma renegação daquilo que mais importa pensar, ao modo de um desviar o olhar, de um procedimento de negação de si. E o século que passou foi, agora se pode dizer, repleto de renegações, desvios e evitações das questões ontológicas. Diante das questões urgentes “o que é isso que há?”, “o que é isso que está acontecendo?” e “o que significa isso que há?”, as mais das vezes os filósofos recuaram e desviaram o olhar e então racionalizaram construindo uma desculpa ali onde deveriam erigir uma resposta. Isso é humano, muito humano: recuar diante daquilo que o excede e fugir daquilo que é estranho, pois entrar aí exige sempre também um adentrar-se no diferente de si mesmo e exceder-se. Nas questões ontológicas esse confronto é inevitável, pois ali o humano defronta-se

consigo mesmo ao ter que delinear a fronteira que o separa do inumano.

O exigido para que a ontologia seja uma disciplina autônoma é que, de algum modo, um âmbito seja posto como fundante e indispensável e, sobretudo, como não constituído pela consciência ou pelo discurso, de tal modo que o ser-consciente e o ser-significativo sejam pensados como estados de remissão a algo que não é na e nem da consciência ou linguagem. Eu penso que este é um antídoto eficaz contra o consenso em torno do relativismo ontológico e do subjetivismo metódico implícitos na filosofia e na reflexão culta hodiernas cujo princípio soberano reza que a realidade é uma construção e que todo pensamento e discurso, por estarem referidos apenas aos seus construtos, são sempre relativizáveis.

Todavia, a noção de algo distinto de nosso pensamento e de nossos discursos, a noção de algo que não é construto nosso e ao qual nos referimos ao pensar e falar, e pelo qual pensamentos e discursos podem ser aferidos e referendados, aparece para muitos como algo insustentável. Eu me permito duvidar se esta insustentabilidade não é apenas um signo da insuportabilidade dessa noção para o pensamento atual. Pois, costumamos relegar como tabu interdito aquilo que sabemos existir mas diante do que não podemos manter nossa soberania. Ora, o sujeito do relativismo ontológico é um sujeito que absolutizou a sua soberania dissimulando-a sob a tese da relatividade. Assumir uma posição não soberana implicaria admitir que os conceitos ontológicos (entidade, objeto, propriedade, relação, etc.) não são redutíveis aos conceitos noemáticos (pensamento, consciência, representação) e nem aos conceitos semânticos (linguagem, gramática, significação). A noção de algo a que o sujeito consciente, enquanto autor de pensamentos e discursos, dirige-se enquanto seu real implica, a meu ver, que nenhuma teoria filosófica da consciência (e do pensamento) e nenhuma teoria da linguagem (e da gramática)

podem substituir a ontologia (e a lógica).

Uma objeção a esta linha de raciocínio está aberta e talvez os leitores mais atinados já a tenham cogitado enquanto liam essas linhas. Trata-se do seguinte: a pergunta “o que é isso que há?”, embora não possa ser enfrentada com os procedimentos ordinários pode e deve, – na verdade tem de – ser enfrentada com o modo “científico” de responder perguntas. Para esses, as diferentes ciências constituem o modo atual de responder a pergunta “o que é isso que há” em qualquer âmbito que ela seja posta. A filosofia nada mais tem a ver com isso. Fora do senso comum, apenas a ciência pode ser uma via segura. E essa teria de ser também a nossa via, mesmo aqui na filosofia e nas humanidades. Pois, que alternativa haveria para o modo científico de dizer e pensar e investigar o real? Fora do senso comum e do senso científico que alternativa poderia haver? Embora não haja dúvidas que para além do modo cotidiano e do modo científico temos outros modos de responder questões urgentes; a via religiosa, hoje tão disseminada, é uma alternativa ao senso comum e ao senso científico. E não se pense nas velhas religiões do ocidente e do oriente, pois a cada dia surgem novas e mais atualizadas religiões. Além dessas há ainda as vias do poético, do mito, do místico, etc.. Todavia eu quero permanecer fazendo filosofia. Não quero a opinião equívoca nem a tagarelice do senso comum, e também não quero o discurso entusiasmado da religião, e bem sei que o discurso científico não pode responder às questões que me perturbam. E por que iríamos distrair os poetas? E por que iríamos perturbar o êxtase do mitólogo e do místico, se não nos confiamos a eles? Por isso, não se pode levar em consideração essas perdições do filósofo constituídas pelo senso comum, religião, ciência, poesia, mito e mística. Ao invés, agora devemos considerar primeiro, não as tentações, mas antes um dos modos filosóficos de evitar as questões ontológicas para, desse modo, e por contraste, ajuizar o que é enfrentar questões ontológicas sem

relativizá-las.

2. No final do século dezenove dois pensadores provenientes de escolas bem diferentes perceberam que a história da filosofia desde os gregos esteve iludida por um elemento humano e histórico ali onde tentara-se responder a pergunta ontológica fundamental. Nietzsche e Frege, partindo de Kant para ir além, compreenderam que até então os filósofos haviam sido conduzidos em suas respostas pela estrutura gramatical profunda das línguas indo-europeias. E eles então afirmaram que os diferentes conceitos de ser, entidade, propriedade e relação, na verdade, eram sempre a hipostasiação de funções gramaticais. A tese comum a ambos esses pensadores era que as ontologias formuladas até então eram epifenômenos da gramática comum da língua e giravam sempre em torno das estruturas gramaticais sujeito-ação-objeto, sujeito-predicado, agente-instrumento-paciente. O diagnóstico também era o mesmo: transposição inconsciente de categorias e estruturas gramaticais para o lógico e o ontológico.

Nas palavras de Nietzsche, resumindo uma longa série de indicações sobre a linguagem ao longo de sua obra, no livro *Crepúsculos dos Ídolos*:

... na medida em que o preconceito racional nos força a por a unidade, a identidade, a duração, a substância, a causa, a coisidade, o ser, vemo-nos por assim dizer enredados no erro, *coagidos* ao erro; porque, em virtude de um exame estrito, estamos seguros de que o erro ali se encontra. (...) A linguagem, segundo a sua origem, inscreve-se na época da mais rudimentar forma de psicologia: mergulhamos num feiticismo baço quando trazemos à consciência os pressupostos fundamentais da metafísica da linguagem, isto é, da *razão*. A consciência vê por toda a parte actores e ação: crê na vontade como causa em geral; crê no “Eu”, no eu como ser, no eu como substância e *projecta* a fê na substância do eu em todas as coisas – e assim *cria* o conceito “coisa” (...). O ser é em

toda parte pensado, *presumido*, como causa; da concepção do “Eu” segue-se, como derivado, o conceito de “ser”. (...) Na realidade, nada até agora teve uma força de convicção mais ingênua do que o erro do ser, tal como foi, por exemplo, formulado pelos eleatas: tem a seu favor cada palavra, cada frase que pronunciamos! – Mas também os adversários dos eleatas se sujeitavam à sedução do seu conceito de ser: Demócrito, entre outros, quando descobriu o *átomo* ... A “razão” na linguagem: oh, que velha mulher enganadora! Receio que não nos livremos de Deus, porque ainda cremos na gramática<sup>2</sup>.

A tese de Nietzsche é que a estrutura gramatical tem conduzido o pensamento na constituição da estrutura conceitual básica. Nas palavras de Frege, no *Diálogo com Pünjer sobre a existência*, falando do modo como a história da formação da linguagem não segue necessariamente a lógica do conceito:

A linguagem valeu-se de outros meios. Para a construção de um conceito sem conteúdo serve-se ela da cópula, isto é, a simples forma do enunciado sem conteúdo. Na sentença “O céu é azul” o enunciado é “é azul”, mas o conteúdo real do enunciado está na palavra “azul”. Se esta é eliminada, então, obtém-se um enunciado sem conteúdo: o “O céu é” restante. Desse modo constrói-se um quase-conceito “ser” (*Crepúsculos dos Ídolos*) sem conteúdo, porque de extensão infinita. Agora pode-se dizer: Homem = homem sendo; “Há homens” é o mesmo que “Alguns homens são” ou “Alguns entes são homens”. O conteúdo real do enunciado não está aqui na palavra “ser”, mas na forma dos enunciados particulares. A palavra “ser” é apenas um expediente da linguagem para poder tornar empregável a forma dos enunciados particulares. Quando os filósofos falam do “ser absoluto” trata-se aí propriamente de um endeusamento da cópula.

Essas duas passagens são críticas: ambas denunciam uma ilusão. Nelas os filósofos estão nos advertindo para um perigo, qual seja, o de confundirmos necessidades linguísticas (*de dicto*) com necessidades reais (*de re*), e nisso eles apenas repetem Aristóteles. Todavia, a ironia é que isso que Frege e Nietzsche apontaram como sendo a ilusão das ilusões da razão,

condensado no refrão comum a ambos, “*livrar-se das malhas da linguagem*”<sup>3</sup>, foi três ou quatro décadas depois posto como tese positiva e como verdade incontestável, como vou mostrar agora, e hoje é tida como a pressuposição metódica mais confiável para o exercício filosófico.

Contra esses dois filósofos, os adeptos da filosofia linguística dizem agora que toda e qualquer determinação e estruturação provém da linguagem, mais precisamente da gramática, e que o real apenas se nos dá como múltiplo indeterminado. O que está sendo assim dito é claro: o real experimentado, enfrentado e vivido no curso da existência humana, individual e coletiva, é ele mesmo estruturado pela consciência que sempre já é linguagem. Essa tese vige desde o início do pensamento moderno, incluindo-se aí a assim chamada virada lingüística e, desse modo, como alertou Nietzsche, *mutatis mutandi*, agora “*conclui-se automaticamente que onde termina o reino das palavras aí termina o reino da existência.*”<sup>4</sup> A origem dessa denegação, no início da modernidade, é a recusa da ideia de que o real fosse determinado de antemão por Deus ou pela mente divina. Todavia, a recusa da determinação divina do real não implica de modo algum a recusa da estruturação intrínseca do real. Porém, admitir que o real seja estruturado de modo *independente* da nossa mente e da nossa linguagem humana implica sim a abdicação da autonomia absoluta da razão humana. Essa foi a tarefa deixada por Frege e Nietzsche para o século agora iniciado: reconhecer uma estruturação não-divina e também inumana do real, eis o desafio<sup>5</sup>.

3. A linguagem como indicador do lugar, e a análise da linguagem como o modo, foram pintadas no pórtico das escolas de filosofia do século XX. Com relação a ontologia, a semântica e a análise linguística tomaram o seu lugar. Com efeito, a partir da afirmação de Wittgenstein de que “*Os limites de minha*

*linguagem* significam os limites de meu mundo. (...) ... os limites da linguagem (a linguagem que, só ela, eu entendo) significam os limites de meu mundo” logo inferiu-se que a pergunta mesma acerca da essência de um objeto era respondida pela gramática: “*Que espécie de objeto algo é, é dito pela gramática*”<sup>6</sup>. Esse dogma foi estendido para as ciências por Carnap ao estabelecer o teorema segundo o qual “a indicação da essência de um objeto ou, o que é o mesmo, a indicação do *nominatum* de um signo de objeto, consiste na indicação dos critérios de verdade para as sentenças nas quais o signo desse objeto pode ocorrer”<sup>7</sup>. Que depois se tenha dito, seja que “é na palavra, é na linguagem, que as coisas chegam a ser e são” (M. Heidegger)<sup>8</sup>, seja, de modo mais simplório, que “*ser é ser o valor de uma variável*” (W. O. Quine), isso já eram apenas pronunciamentos de banalização. O arremate desse movimento foi dado por alguém que sabia muito o bem o que estava dizendo, e pretendia fazer ressoar na sua palavra os ditos de Nietzsche e dos que vieram depois, ao enunciar que “*ser que pode ser compreendido é linguagem*” (H. G. Gadamer).

A linguagem havia sido reposta no cerne da filosofia por Johann G. Hamann (1730-1788), amigo de Kant que, desde a sua aparição, afastou-se criticamente em relação a *Crítica da Razão Pura*, com a obra de 1783, *Metakritik über den Purismus der Vernunft*. Nessa obra, a linguagem era posta como pressuposição fundante de todo conhecimento humano. Contra Kant, Hamann defendeu que a sensibilidade e a razão pressupõem já uma linguagem, de tal modo que a linguagem seria o único, primeiro e último, meio e também critério da própria razão<sup>9</sup>. Não foi diferente nem mais ousada a conclusão proposta por K-O Apel, ao sintetizar os movimentos analíticos e hermenêuticos de priorização da linguagem no procedimento filosófico. Com efeito, Apel termina por dizer que a filosofia da linguagem foi tomada como “*prima philosophia*”, isto é, essa disciplina agora ocuparia o lugar que, a partir de Kant, a teoria



do conhecimento ocupava, a qual por sua vez já havia usurpado o lugar antes reservado à Ontologia por Aristóteles.

A filosofia da linguagem, por assim dizer, e o seu cerne, a teoria semântica, agora fundaria tanto a teoria do conhecimento quanto a ontologia, as quais, frente àquela, são subprodutos derivados, pois, antes que se possa discutir sobre o ser enquanto tal e sobre o conhecimento enquanto tal, hoje pergunta-se pelas condições de possibilidade, subjacentes na linguagem, de construir sentenças com sentido e, desse modo, referir-se a algo, o que significa tomar a linguagem como um transcendental forte no sentido de Kant. A linguagem, na medida em que ela não é um objeto pertencente ao mundo, seria antes a condição de possibilidade de constituição de objetos<sup>10</sup>. Por conseguinte, a análise da linguagem agora seria a própria metódica filosófica. Todavia, como qualquer estudante da terceira fase é capaz de detectar, a expressão “análise da linguagem” recoloca a linguagem como algo no mesmo movimento que pretendia indispor-la como objeto ao denominá-la meio universal de constituição de objetos.

4. A filosofia da linguagem foi o nome pelo qual a confusão positivista entre propriedades semânticas e propriedades ontológicas difundiu-se tanto nos meios de divulgação quanto nos currículos de filosofia do século XX. Podemos ver esse efeito na forma defendida por E. Tugendhat, nas *Vorlesungen*<sup>11</sup>, para o equacionamento das relações entre Semântica e Ontologia, pela qual, a partir da perspectiva aberta pela filosofia analítico-linguística, a Ontologia seria absorvida pela Semântica formal, que fora alcançada como uma consequência bem vinda da tese segundo a qual o conceito de objeto não seria tematizável sem o recurso à significatividade de termos singulares<sup>12</sup>. Na origem dessa concepção está a decisão

metódica de explicar o conteúdo semântico das asserções apenas em termos de suposições e consequência, segundo a qual o que é referido é dependente das propriedades internas de uma linguagem. Tugendhat supõe – seguindo Dummett, que seguia o mote de Wittgenstein, “*os limites da linguagem (a linguagem que, só ela, eu compreendo) significam os limites do meu mundo*” (*Tractatus*, 5.62), – que a linguagem é significativa pelas regras de uso e que estas regras são independentes da relação com objetos, pois, para ele, a relação com objetos é dependente e derivada da competência linguística.

A relevância dessa concepção está em que ela ampara-se em interpretações do conteúdo das noções semânticas baseadas na confluência de várias teses. Primeiro, a tese de que o sentido determina a referência, interpretada inferencialmente de tal modo que os sentidos sejam agora intra-linguísticos, conjugada com uma leitura peculiar do princípio do contexto de Frege, pela qual os objetos mesmos são feitos dependentes dos contextos linguísticos. Essas alegações redundam na tese de que é apenas com referência a verdade de uma proposição que é possível determinar a referência de um termo singular, interpretada como implicando que é apenas pela referência à verdade de uma proposição que se pode determinar o que é e como é um objeto. A ilação retirada vai ainda mais além, pois a conclusão é que a existência do objeto é derivada da verdade de uma proposição, invertendo-se, portanto, a relação entre existência e verdade. Segundo, a tese de R. Carnap pela qual as questões de existência passíveis de ser discutidas e resolvidas são internas a uma armação teórica ou linguística, de modo que a posição de objetos é uma questão de articulação de um “*linguistic framework*”. Por fim, e conciliando estas duas primeiras, a tese de Quine da relatividade ontológica, pela qual os objetos necessários para dar conta dos aspectos referenciais do discurso são relativos ao “*linguistic framework*” que ampara este discurso. Estas três alegações implicam a subsunção da

categoria objeto à categoria expressão linguística ou termo. O que significa dizer que a explicitação do que é dito existir e de como é dito existir passa a ser uma tarefa que apenas pode ser feita através da elucidação prévia do que é que pode ser dito e de como é que se diz alguma coisa em uma linguagem.

Essa linha de raciocínio não fica apenas nisso, porém. Afirmar-se que a própria pergunta, acerca do que é que algo é, apenas pode ser respondida pela explanação das propriedades semânticas das expressões utilizadas para referi-lo e enunciar algo sobre ele. Estas injunções conduzem à tese que Tugendhat defende, a qual Dummett expõe assim: “Minha alegação é que essas questões metafísicas tornam-se questões sobre a teoria do significado correta para nossa linguagem. Nós não devemos tentar resolver as questões metafísicas primeiro, e então construir uma teoria do significado à luz dessas resoluções. Nós deveríamos investigar como nossa linguagem realmente funciona, e como nós podemos construir uma descrição sistemática manuseável de como ela funciona; as respostas a essas questões irão determinar as respostas as questões metafísicas.”<sup>13</sup>. Nas palavras mais brandas de Brandom, ditas como explanação do mote de Wittgenstein acima citado: “Fazer a questão ‘por que há termos singulares?’ é um modo de fazer a questão ‘por que há objetos?’”<sup>14</sup>.

Uma vez aceito que apenas podemos especificar o que é o conceito filosófico de objeto por meio do recurso aos termos singulares, da palavra 'algo' e de outros pronomes, então, a explanação da entidade dos diferentes objetos (ou das coisas) apenas é realizável pela reflexão no uso das expressões linguísticas utilizadas para dizer os objetos: “*a objetualidade dos objetos não pode ser tematizada independentemente do significado dos termos singulares*”<sup>15</sup>. Nas palavras tanto conclusivas quanto programáticas de Tugendhat:

A Ontologia está completamente absorvida e preservada na

Semântica formal. Isto vale não apenas para as partes da Ontologia tradicional, nas quais algo, as determinações predicativas, fora ilegitimamente objetificado. Vale também para a Teoria dos objetos que agora se mostra como uma parte da Semântica formal<sup>16</sup>.

Desse modo, segundo esses filósofos, para investigar o real nós deveríamos analisar o nosso modo de dizer o real, resumida na hipótese clara do herdeiro desse modo de pensar, D. Davidson, que tanto leu Frege quanto Gadamer, de que “é plausível defender que, estudando os aspectos mais gerais da linguagem, estaremos a estudar os aspectos mais gerais da realidade”<sup>17</sup>.

Essa é, em traços grosseiros, a gênese do conceito da nova ontologia que, da disciplina do pensamento acerca do ser daquilo que há, veio a ser a disciplina do pensamento acerca dos modos de dizer aquilo que há. Esse foi o arremate de Quine, pelo qual sugere-se que diante das questões ontológicas deveríamos sempre fazer uma *ascensão semântica*: em vez de falar das coisas mesmas deve-se falar do modo como se fala das coisas. Que essa ascensão apareça como um retorno aos céus não é de estranhar. Mas, desse modo retirou-se todo e qualquer ponto de resistência, ou melhor, de referência para os discursos ontológicos. Tal como a pomba kantiana, esses filósofos acreditaram voar melhor no vácuo, elegendo como conceito fundante da ontologia nos limites da linguagem o conceito de conjunto vazio.

5. Consideremos uma vez mais os dois motes colocados como princípios filosóficos conforme o refrão analítico “*ser é ser o valor de uma variável ligada de uma linguagem regimentada*” e no refrão hermenêutico “*ser que pode ser compreendido é linguagem*”. Eles devem ser lidos mais como gritos para espantar o inimigo do que chamamentos para uma

melhor compreensão e menos ainda como gritos de vitória. Porém, uma vez que fora dessas duas vias praticamente nada de novo foi dito nos últimos cem anos, elas representam bem a vida filosófica hodierna, não porque estes ditos sejam tidos por verdades, mas antes porque eles foram incorporados e são agora crenças tidas por válidas a priori, por conseguinte, não passíveis de discussão, visto que fazem parte dos instrumentos teóricos básicos da atividade filosófica atual.

Todavia, esses motes enquanto teses ontológicas são vazios. O que eles realmente estabelecem não é o ser das coisas, tal como se compreende vulgarmente ao concluir-se “o ser é linguagem” ou ainda “a linguagem é tudo”. O que se estabelece aí é *o modo como devemos proceder para responder questões ontológicas de modo a evitar o enfrentamento direto do real*. Nos dois casos a palavra “linguagem”, (ou a palavra “consciência” nos princípios metódicos fenomenológicos,) indica o conceito fundamental a partir do qual podemos chegar a responder a pergunta ontológica que não cessa de nos provocar: “o que é isso que há?”. Enquanto teses metodológicas, portanto, elas vigem; mas ao serem tomadas como teses de re elas mesmas tornam-se metafísicas, – no jargão positivista: sem sentido. Sob uma visada mais compreensiva, entretanto, tais teses são sem sentido ontológico porque superficiais, por não tocarem nem no ôntico nem no lógico, pois a linguagem mesma está aí como real<sup>18</sup>. Todavia, a linguagem mesma funda-se em algo não-linguístico, e nem esse real da linguagem e nem isso em que ela se funda, ou se afunda como diria Nietzsche, são pensados nessas proposições metódicas.

Por isso, de modo análogo ao que se pode dizer de toda religião, – que é uma forma humana de lidar com o sagrado, que é inumano – eu entendo que a ontologia que se realiza nos limites da linguagem é uma forma humana de lidar com o real, que é inumano. Ao privilegiar a linguagem como *medium* e

como *objectum* do pensar, a filosofia apreende apenas as sombras do humano, não importando a intensidade da luz ali jogada. Ou seja, trata-se, nessas teses que confundem ontologia com descrição semântica e análise da linguagem (ou da consciência), de um antropomorfismo disfarçado, portanto, transcendentalizado. Com efeito, devemos lembrar aqui o enunciado que levou o antropomorfismo grego ao seu extremo. Como todos bem sabem, os gregos, antes do advento do movimento de esclarecimento dos filósofos e sofistas, compreendiam os seus deuses e os eventos físicos a partir de categorias humanas, eles antropomorfizavam o real divino e físico. Os primeiros filósofos e depois a sofística vieram denunciar e demolir essa ilusão. No entanto, como sói acontecer com todo movimento revolucionário, a sofística acabou por levar o antropomorfismo grego ao seu máximo. Nos discursos de Protágoras, o antropomorfismo foi transcendentalizado na forma da tese “o homem é a medida das coisas que são e das que não são”, bem mais tarde parodiado por Kant no refrão “a razão só compreende o que ela mesma produz segundo seu projeto”.

A minha hipótese crítica é que a colocação da linguagem, da gramática e da semântica, como aquilo em relação a que os conceitos ontológicos devem ser pensados constitui um desdobramento da tese de Protágoras e do antigo antropomorfismo. Uma ontologia “nos limites da linguagem”, do mesmo modo como uma religião “nos limites da razão”, não mais é ontologia e sim apenas um simulacro manuseável que contorna o problema e conforma previamente as respostas. Desse jeito, de antemão, a entidade e a efetividade do real foram já transfiguradas numa modalidade humana. O que se faz ao se subsumir a ontologia à descrição semântica, ou à semântica formal e a análise da consciência, é, na verdade, novamente, *uma redução do real ao humano*. Ou seja, trata-se aí de humanizar o real antes que de compreendê-lo. Além disso, ao

apreender-se o ontológico na linguagem e na gramática, via análise semântico-linguística, apreende-se somente o aspecto dizível, a marca e não o real; marca essa que sempre já é relativizável e denegável, pois, sabe-se, não há nenhum “a priori universal fixo” na gramática e na linguagem, mas tão somente formações históricas contingentes e variáveis<sup>19</sup>. Daí que, embora a tese da relatividade ontológica à linguagem implique a negação da dimensão ontológica, ela mesma não é irrelativizável.

6. A minha hipótese positiva de trabalho parte da intuição de que o ser dos entes não é linguístico; ou seja, que, ao contrário do que disse o filósofo poeta, ali onde falta a palavra vige o ser. Sem dúvida nenhuma, não se segue que, se *ser é ser o valor de uma variável*, se ser que pode ser pensado é linguagem, se o ser das entidades apenas se mostra por meio da enunciação linguística, repito, não se segue que o ser seja linguagem e nem mesmo linguístico. Ao contrário, podemos serenamente pensar que se ser fosse isso, ainda assim não seria real. Esse “ser” da linguagem não é o ser real. E isso simplesmente porque a significatividade das expressões linguísticas não é ela mesma linguística. Pois, embora a compreensão do que são as coisas e os acontecimentos passe pelo domínio de uma linguagem, ontologicamente toda e qualquer linguagem está fundada numa estrutura de correlações não-linguísticas. Todavia, para que isso seja perceptível deve-se distinguir firmemente a significação (*Meaning*) do sentido (*Sinn*), deve-se antepor entre o expressável e aquilo que se expressa, entre o dito e o ser, uma efetiva atividade. É uma ontologia linguisticamente desorientada tem justamente por tarefa compreender essa atividade e suas correlações, as quais, entre outros efeitos, perfaz a linguagem e a consciência.

Por isso, no meu modo de ver, o mote “*ser que pode ser*”

*compreendido é linguagem*” tem que ser lido de modo correto, *a la Nietzsche*: o ser que se compreende é o que se apreende na linguagem, mas esse “ser” não é o ser das coisas mesmas, o vigente. A via que eu proponho é partir de duas indicações dadas tanto por Nietzsche quanto por Frege, praticamente na mesma época: a primeira, de que o real não se confunde com o dizível nem com o representável, mesmo ali onde ele apenas se dê para nós via linguagem; e a segunda, de que o real dispõe-se imediatamente para nós e pode ser considerado e investigado, desde que não nos deixemos iludir pelas estruturas linguísticas e eidéticas estabelecidas e consolidadas na tradição, isto é, pelos atos e acontecimentos passados.

O cerne dessas indicações está em que o real seja pensado como aquilo que resiste às variações e relativizações das enunciações do pensamento. Isto significa, por um lado, que o real apresenta-se travestido pelas formas de dizer e de representar e de lidar consolidadas e, por outro lado, que a única maneira de fazer emergir a coisa mesma, o real, é proceder uma destruição dos modos consolidados de dizer, lidar e representar que perfazem um saber, uma teoria, uma instituição ou uma cultura. Pois, sem a suposição desse real, independente e não relativo, jamais poderíamos pensar o erro e a ilusão como reais. Apenas reconhecendo a resistência do real frente ao “ser” imposto pela gramática e pelo discurso podemos pensar o erro do verbo e da palavra. Ora, nós sabemos do erro, logo, sabemos que o “ser dito” não se confunde com o ser real. Essa lição foi dada por Nietzsche e por Frege praticamente na mesma época.

Não por acaso, Nietzsche e Frege, embora pertencendo a tradições de pensamento muito diferentes e embora tendo estabelecido formas de pensar muito distintas e até opostas, tinham ambos uma predileção pelas expressões alemãs “*Not*”, “*Nötig*” e “*Notwendigkeit*”, utilizadas nas mesmas máximas: “reconhecer o necessário” e “o que unicamente é necessário”, que, no jargão popular significam *cair na real*, distinguindo o



necessário e o supérfluo, o que é preciso e o que é ilusório, o que acontece e o que é dito, a coisa e a palavra. O conceito expresso com essas expressões é o mesmo: o conceito de algo que independe de nós, que é incontornável, de algo que é requerido, de algo que se impõe ao pensamento, de algo a que o dito e o pensado referem-se, e que deles difere, embora nele esteja fundado.

7. A partir disso podemos começar a dizer de que trata afinal a ontologia ou, ao menos, uma ontologia que investigue não a linguagem, mas aquilo que é referido por meio da linguagem: trata do necessário, do real, seja lá isso o que e como for. Em outras palavras, em ontologia tratar-se-ia daquilo que pela linguagem, pelo discurso e pelo pensamento, nós, ao dizer e pensar, não podemos contornar, daquilo, enfim, que é o outro da linguagem e da consciência, outro esse a que a linguagem e a consciência sempre estão referidas e do qual não podem se livrar sem se perderem na errância da ilusão e da divagação. Em ontologia a prioridade não é para os *argumentum ex verbo*, mas obviamente para os *argumentum ex re*. Além disso, a ontologia trata também da própria linguagem e da consciência, pois estas também fazem parte daquilo que pelo discurso e pelo pensamento não é possível se livrar.

Também agora podemos dizer como se pode responder a pergunta “o que é isso que há?”: atentando para aquilo que não podemos contornar e que não podemos prescindir; reconhecendo o permanente em meio às variações e às relativizações do dizer e do pensar e do lidar. Também sabemos que a ontologia tem por objeto o real, aquilo que se impõe, aquilo de que não nos podemos livrar pensando ou falando, enfim, tem por referência aquilo que não é uma significação nem uma representação nossa, que é, pois, o inumano ao qual estamos sempre referidos mesmo ali onde pensamos dele estar diferindo. Por isso, faz-se necessária a correção metódica: não é

o pensar e o dizer que referendam o ser, mas ao contrário, o ser real é tanto o referido, o referente e aquilo que referenda o dizer e o pensar.

Estas considerações são suficientes para mostrar que o procedimento de investigação filosófica em ontologia que toma a linguagem, ou os esquemas noemáticos, como o lugar de aparição do ontológico são dignos de suspeita crítica. Pois, tanto a linguagem quanto os esquemas conceituais são relativizáveis e variáveis, constituindo-se antes em resquícios antropomórficos e sombras do humano projetadas na medida mesma em que ele se inclina para o real. Daí que a tese da relatividade ontológica à linguagem, ou à estrutura noemática da consciência, apresentada como o *gran finale* daquele movimento iniciado por Nietzsche e Frege, indica não a conclusão e o acabamento da ontologia, mas, antes, que os procedimentos que conduziram a esta tese ficaram na superfície, permaneceram dentro de nós ou daquela projeção de nós, e não atentaram para o necessário, para o não-relativizável. As filosofias lingüísticas e fenomenológicas falam de nós ali onde deveriam falar do real. Todavia, para admitir isso como um equívoco devemos ser capazes de perceber que a significatividade codificada nas expressões lingüísticas não é lingüística, que a significação lingüística não se confunde com o sentido fundante do dizer e do falar, pois, se a realidade fosse relativa a nós (à linguagem, à estrutura da consciência), então, esse “nós” não poderia ele mesmo ser da linguagem e da consciência, mas sim *real e atual*. Porém, conceder isso implicaria compreender tanto a linguagem quanto a consciência como *relativos e fundados*.

## Notas

- 1 Diferentes estratégias são usadas pelos professores para evitar as urgências e perplexidades ontológicas atuais: (1) fazer filosofia por meio da sua

redução prévia à história da filosofia; (2) colocar como meio e objeto da filosofia uma mediação, como filtro, no lugar do real, tal como a análise da Linguagem e da Consciência, ou ainda (3) aquela redução literária e filológica que consiste em analisar a estrutura interna das obras filosóficas tomadas meramente como textos; e, por fim, (4) a mais clara estratégia de evitação atual consiste em analisar os textos de filosofia como textos literários e retóricos. Essas estratégias resolvem o problema do professor, mas quando o investigador as toma como a forma mesma de sua investigação instala-se o equívoco fatal.

2 *Cr. Id.*, p32.

- 3 Nietzsche: “Der Glaube an die Grammatik, an das sprachliche Subjekt, Objekt, and die Thätigkeits-Worte hat bisher die Metaphysiker unterjocht: diesen Glauben lehre ich abschwören”, KSA XI, 35 [35], p. 526. Nietzsche disse com todas as letras: a não ser ilusoriamente “se pensa em palavras”, pois “quem pensa em palavras ... não pensa as coisas, os objetos, não pensa objetivamente” (GEM, III, §8, p. 122); As armadilhas da linguagem (XI, 35-84); A luta contra a linguagem (XI, 25-337); e ainda: estamos habituados, onde as palavras nos faltam, a não observar com rigor, porque é penoso continuar a pensar com rigor: e outras vezes conclui-se automaticamente que onde termina o reino das palavras aí termina o reino da existência. (Au, §115, p. 107) “... nun aber sind wir gewohnt, dort, wo uns Worte fehlen, nicht mehr genau zu beobachten, weil es peinlich ist, dort noch genau zu denken; já, ehedem schloss man unwillkürlich, wo das Reich der Worte aufhöre, höre auch das Reich des Daseins auf.” Ou ainda: “Die Sprache ist undeutlich geworden, weil so grosse Unklarheit in der Ungrenzung der Begriffe gewüthet hat und das Bedürfniss nach fester Bestimmung nicht gepflegt ist. Also ist die Aufgabe klar”. (9, 4-273). Para Frege, a análise da linguagem funcionava como um esforço para livrar-se de falsas concepções induzidas pela linguagem, e não como dizem agora Davidson e Gadamer para encontrar o ser das coisas. “Vê-se aqui como se é induzido facilmente pela linguagem a falsas concepções, e qual valor deve ter para a Filosofia livrar-se do domínio da linguagem. Quando se tenta construir um sistema de sinais com fundamentos e meios inteiramente diferentes, como eu tentei com a construção de minha conceitografia, por assim dizer, bate-se com o nariz em falsas analogias da linguagem.” (Diálogo com Pünjer, p. 22). A partir disso podemos entrever o que significa para a ontologia a análise da linguagem: o meio de descobrir o real ser das coisas e dos acontecimentos, isto é, retirar e eliminar os travestimentos e cifras que encobrem o acesso ao real. Análise da linguagem, sim, mas como procedimento des-cifrar o real. Por fim, Frege lutou para que a estrutura sujeito-predicado-objeto não fosse sobreposta sobre a estrutura do real-pensamento: “Um pensamento pode ser decomposto de múltiplos modos e por isso, algumas vezes aparece uma coisa, noutras, outra como sujeito ou como predicado. O pensamento mesmo não determina o que deve ser considerado como sujeito. (...) A linguagem possui meios para fazer que apareça como sujeito algumas

vezes uma parte do pensamento, outras vezes, outra.” (KS, s. 173). E ainda: “Em vez de seguir cegamente a gramática, o lógico deveria antes ver a sua tarefa como a de libertar-nos dos grilhões da linguagem. Porque embora seja verdade que o pensamento, pelo menos nas suas formas mais elevadas, só é possível por meio da linguagem, temos de ter muito cuidado para não nos tornarmos dependentes da linguagem; muitos dos erros que ocorrem no raciocínio têm a sua fonte nas imperfeições lógicas da linguagem” (Logik, NS, p. 155). “Tenho de me satisfazer com apresentar ...” IL, p.23, n.6 “A linguagem é defeituosa para prevenir defeitos de pensamento.” (“Sobre a conceitografia..”). “Esse critério não pode provir da linguagem, pois não se pode confiar na linguagem no que tange a problemas lógicos. De fato, não é a menor das tarefas do lógico indicar que ciladas a linguagem prepara ao pensador.” (Investigações Lógicas, “A negação”, p. 53).

4 Aurora, §115.

5 Eu penso que se pode dizer com justiça de Nietzsche e de Frege também aquilo que Vanzago diz de Whitehead: “La gnoséologie whiteheadienne ne se structure pas sur la généralisation de l’expérience humaine, mas au contraire procède à une dés-anthropomorphisation de l’expérience, rendant l’expérience à la nature” em L’effet Whitehead, 1994. Nessa direção é que leio o que Nietzsche anotou em 1887: “a partir do mundo que conhecemos é impossível demonstrar o deus humanitário: a tal ponto pode-se hoje vos obrigar e vos impor: - mas que conclusão tirais vós disso? Ele não nos é demonstrável: ceticismo gnoseológico. vós todos temeis a conclusão: a partir do mundo que conhecemos seria demonstrável um deus completamente distinto, um que no mínimo não seria humanitário.” (2-153)

6 Wittgenstein, IF, § 373.

7 Carnap, R. The logical structure of the world.

8 No livro A caminho da linguagem, Heidegger arrematou, comentando o verso “Nenhuma coisa seja onde a palavra falar” de Stefan George: “O poder da palavra raia como a condição da coisa como coisa” de tal modo que “a saga do dizer, num mostrar deixa o ente aparecer em seu “é”, “há”, “dá-se”; p. 188.

9 “Empfindung und Vernunft setzen ja schon eine Sprache zum Voraus”. Die Sprache “als das einzige erste und letzte Organon und Kriterion der Vernunft”.

10 “... als ‘prima philosophia’ behandelt, d. h. Sie ist, wie nach Kants Auftreten die Erkenntniskritik, já gewissermassen als Radikalisierung derselben zur Sprachkritik, an die Stelle der ‘Ontologie’ getreten. Bevor man in die Diskussion über das Seiende als solches eintritt, das já nach Aristoteles pollakos legetai, frag man nach den in der Sprache liegenden Bedingungen der Möglichkeit, sinnvolle Sätze zu bilden, und insofern behandelt man de facto die Sprache als eine transzendente Grösse im Sinne Kants. (...) ... die Sprache, sofern sie nicht innerweltlich vorkommender Gegenstand, sondern Bedingung der Möglichkeit der Gegenstandskonstitution ist. Karl Otto Apel, Die Idee der Sprache in der

- Tradition des Humanismus von Dante bis Vico, Bonn, Bouvier, 1963, p. 22.
- 11 Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie, 1976.
- 12 Cf. C. R. Braidá, “Significatividade e entidade”, pp. 18-20.
- 13 “My contention is that all these metaphysical issues turn on questions about the correct meaning-theory for our language. We must not try to resolve the metaphysical questions first, and then construct a meaning-theory in the light of the answers. We should investigate how our language actually functions, and how we can construct a workable systematic description of how it functions; the answers to those questions will determine the answers to the metaphysical ones.” (Logical basis of metaphysics, p338; cf. também pp12,15).
- 14 “To ask the question, Why are there singular terms? is one way of asking the question, Why are there objects?”; Making it explicit, p404).
- 15 Idem, p50: “... kann man die Gegenständlichkeit der Gegenstände nicht unabhängig von der Bedeutung von singulären Termini thematisieren.”
- 16 Idem, p48: “...die Ontologie in der formalen Semantik vollständig aufgeht und erhalten bleibt. Das gilt nicht nur für die Teile der traditionellen Ontologie, in denen etwas zu Unrecht vergegenständlicht wurde, die prädikativen Bestimmungen. Es gilt auch für die Gegenstandstheorie, die sich jetzt als ein Teil der formalen Semantik erweist”.
- 17 “The method of truth in metaphysics”, ITI, p. 201.
- 18 J. Lacan escreveu que “o real é aquilo que não cessa de não se inscrever”, e nisso mostrava compreender melhor o problema ontológico.
- 19 Isto foi indicado com clareza por Frege, justamente enquanto insistia que se deveria sempre distinguir entre “signo” e “significado”, pois, a linguagem sempre tem múltiplos meios de dizer algo: “Um pensamento pode ser decomposto de múltiplos modos e por isso, algumas vezes aparece uma coisa, noutras, outra como sujeito ou como predicado. O pensamento mesmo não determina o que deve ser considerado como sujeito. (...) A linguagem possui meios para fazer que apareça como sujeito algumas vezes uma parte do pensamento, outras vezes, outra.” (KS, s. 173).

## Referências

- APEL, K. O. *Die Idee der Sprache in der Tradition des Humanismus von Dante bis Vico*. Bonn, Bouvier, 1963.
- BRAIDA, C. R. “Significatividade e entidade”, *Veritas*, v.48, n.1 (2003): 5-29.
- BRANDOM, R. B. *Making it explicit: reasoning, representing, and discursive commitment*. Cambridge, Harvard UP, 1994.
- CARNAP, R. *The logical structure of the world & Pseudoproblems in philosophy*. Transl. R. A George. Berkeley, University of California

- Pr, 1969.
- DAVIDSON, D. *Inquiries into Truth and Interpretation*. New York, Clarendon Press, 1991 (1984).
- DUMMETT, M. *The Logical Basis of Metaphysics*. Cambridge, Harvard U. P., 1991.
- FREGE, G. *Kleine Schriften*; hersg. I. Angelelli. 2.Aufl. Hildesheim, G. Olms, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Schriften zur Logik und Sprachphilosophie. Aus dem Nachlass*. Hrsg. G. Gabriel. 2. Aufl. - Hamburg, F. Meiner, 1978.
- GADAMER, H. G. *Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik*. 6. Aufl.; Tübingen, Mohr, 1990.
- HEIDEGGER, M. *A caminho da linguagem*; trad. Marcia S. C. Schuback. Petrópolis, Vozes, 2003.
- NIETZSCHE, F. W. *Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe*. Hrsg. G. Colli und M. Montinari. 2ed. Berlin/N.York: De Gruyter, 1988.
- QUINE, W. V. *Ontological relativity & other essays*. New York, Columbia UP, 1969.
- \_\_\_\_\_. *From a logical point of view*. 2.ed. Cambridge, Harvard UP, 1980.
- TUGENDHAT, E. *Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie*. Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1976.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. Luiz H. Lopes dos Santos. São Paulo, EdUsp, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Investigações filosóficas*. Trad. José C. Bruni. 3. ed.; São Paulo, Abril Cultural, 1984.